

# Política

CONSTITUINTE

A explicação oficial para o adiamento do discurso do presidente à Nação (deverá ir ao ar hoje); ele não teve tempo para a gravação. Na verdade, ele não quis abrir guerra declarada contra Ulysses Guimarães.

# Sarney adiou o confronto

Ficou para hoje o pronunciamento que o presidente Sarney faria ontem à Nação através de uma cadeia de rádio e televisão sobre os efeitos que algumas propostas que serão votadas no segundo turno da Constituinte trariam para a situação econômica do País. As versões que corriam em Brasília eram as mais variadas. O porta-voz da Presidência, Carlos Henrique Almeida Santos, informava que Sarney teve um acúmulo de obrigações e terminou protelando a hora de gravação do pronunciamento; uma segunda versão seria a do reconhecimento por parte do Palácio do Planalto de que o atual momento político é extremamente delicado; e teria havido ainda a oposição do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, argumentando que o presidente iria desgastar-se ainda mais e aumentar o descrédito do governo.

O porta-voz presidencial negou qualquer ligação do adiamento para hoje com o fato de o presidente Sarney temer fazer um pronunciamento no mesmo dia em que os empresários compraram horário na televisão para falar sobre algumas medidas já adotadas pela Constituinte. Assessores do presidente, contudo, reconheceram que esse fato pesou na decisão do Palácio do Planalto.

Enquanto a assessoria presidencial mantinha a expectativa de que Sarney viesse a falar à Nação ainda ontem, ele estava em

seu gabinete com os ministros das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, e o consultor geral da República, Saulo Ramos. O porta-voz Carlos Henrique garantiu que a fala presidencial já estava pronta. Não se teve conhecimento de nenhuma audiência a não ser um encontro de Sarney com o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares. O presidente até cancelou sua participação na sessão de abertura do conselho da Universidade das Nações Unidas, no Itamaraty, para poder preparar o pronunciamento.

Comentava-se no Palácio do Planalto que o governo não pode favorecer a criação de uma situação de confronto com a Constituinte. Este risco poderá ser evitado através de uma revisão mais cuidadosa na forma de apresentação dos problemas que algumas medidas aprovadas no primeiro turno poderão trazer. Isso deverá ser feito a partir de hoje, quando Sarney submeterá alguns trechos mais fortes do seu discurso à apreciação de alguns políticos mais ligados ao governo.

Já a versão de que teria sido Antônio Carlos Magalhães quem teria convencido Sarney a adiar o pronunciamento dá conta de que o Magalhães defende a tese de que os ministros da área econômica, Malilton da Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento, é que deveriam ex-



por à opinião pública os motivos pelos quais tudo o que o governo fez até agora foi insuficiente para reduzir a inflação e dizer o que se pode fazer para reverter a situação. "Então o Sarney adiou a crise", desabafou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, após ser informado da decisão de Sarney. As 20h20, ao deixar o seu gabinete, Ulysses disse que não sabia se o presidente iria fazer algum pronunciamento ontem, pois estivera com ele, por duas horas, durante o café da manhã, e não lhe foi comunicado nada.

Ulysses comentou que no encontro com o presidente pela manhã, Sarney confirmou que não tem a intenção de "acabar, zerar ou mear a Constituinte, ao contrário, se mostrou preocupado em terminar o mais rápido possível o trabalho". Sobre possíveis razões do adiamento do discurso presidencial, Ulysses disse que "ele deve ter razões ponderáveis, é o juiz das suas razões". Diante da hipótese de o governo estar forçando uma negociação, ele encerrou a entrevista: "Não acho nada. Acho que vou para casa".

## Eles temem um grande impasse

Os ministros militares consideram que o País ficará ingovernável, "com risco de impasse institucional", se os constituintes não fizerem um acordo "patriótico e de alto nível", para retirar alguns excessos do projeto da nova Constituição, aprovado em primeiro turno. A opinião dos ministros foi manifestada no domingo à noite, durante encontro com o presidente Sarney, no Palácio da Alvorada.

No entanto, ontem, um dos participantes do encontro, o ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, declarou que, caso a Constituinte não volte atrás e mantenha esses pontos polêmicos, ele não acredita que a questão extrapole a esfera política. "Se for aprovado assim, paciência", observou.

A reunião com os ministros militares foi convocada por Sarney, para que ele lhes transmitisse suas preocupações com alguns itens da Constituição, principalmente aqueles que, segundo cálculos do governo, irão gerar um

rombo orçamentário de quase três trilhões de cruzados.

Os ministros disseram participar da preocupação do presidente, mas descartaram a hipótese de pressionar os constituintes, afirmando, inclusive, que nem no que diz respeito aos dispositivos das Forças Armadas fizeram pressão.

Entretanto, ontem à tarde, no EMFA, foram mantidos contatos informais com alguns parlamentares, nos quais os ministros militares voltaram a manifestar muita preocupação com a votação da nova Constituição, dizendo aos deputados Roberto Cardoso Alves, Ricardo Fiuza, Wilson Gibson, senador Marcondes Gadelha, entre outros, que o texto constitucional precisa ser alterado para se evitar graves consequências ao País.

Falando à Agência Estado, um dos ministros militares afirmou que nenhuma autoridade torce pelo impasse, "mas se nada for feito há o receio de que poderemos chegar a isso, pois esta é uma situação muito delicada para a transição democrática".

# Mas quer virar a mesa assim

A estratégia é mudar as regras do jogo e fazer valer os DVS. Assim, não seriam mais necessários 280 votos para alterar o projeto.

## O que é essa arma, o DVS.

O destaque para votação em separado, que na Constituinte passou a ser conhecido simplesmente por suas iniciais — DVS —, foi uma invenção do Centrão, que o incluiu na reforma regimental de janeiro deste ano para poder retirar mais facilmente tudo aquilo com que não concordava no projeto que vinha da Comissão de Sistematização.

O DVS, subscrito por no mínimo 187 constituintes — um terço do total —, tem por objetivo retirar qualquer parte do projeto (que é votado globalmente) para submetê-la a uma votação em separado.

Isto acontece também com o destaque comum, requerido por qualquer constituinte. A diferença é que a matéria destacada por um DVS, para ser mantida no texto do projeto, precisa receber, em plenário, no mínimo 280 votos favoráveis. Com o destaque comum ocorre o contrário: os 280 votos são necessários para excluir a parte destacada e não para mantê-la.

O DVS foi utilizado nas votações do primeiro turno, principalmente para evitar a reforma agrária aprovada pela Comissão de Sistematização, a impedir a adoção do parlamentarismo e evitar que se fixasse em quatro anos o mandato do presidente Sarney. As lideranças de esquerda também dele fizeram uso, ao menos para forçar negociações em torno de alguns pontos do projeto.

Não ficou claro na reforma regimental se o DVS poderia ser usado nas votações do segundo turno. Quando as votações no primeiro turno chegavam ao término, surgiu uma controvérsia sobre essa questão. O então líder do PMDB, Mário Covas, disse que se fosse adotado o DVS se estabeleceria o caos nas votações, porque tanto um lado quanto o outro iriam requerê-lo e nem um nem outro teria número para aprovar as partes destacadas.

Ao baixar as normas para o segundo turno, Ulysses Guimarães anunciou a sua posição: "A

votação em segundo turno não se compatibiliza com o requerimento de destaque para votação em separado". Seu argumento era de que o DVS só tinha cabimento no primeiro turno, porque então a Comissão de Sistematização e não todo o plenário havia aprovado o projeto de Constituição. Agora no segundo turno, porém, tudo que está no projeto obteve o mínimo de 280 votos e, portanto, para se retirar qualquer coisa é preciso haver também esse número mínimo. O DVS permitiria a supressão por meio de apenas 187 assinaturas.

Se o governo e o Centrão pudessem valer-se do DVS também no segundo turno seria fácil para eles suprimir do projeto todo o elenco de pontos de que não gostam. De nada adiantaria a aprovação em bloco do projeto (ainda que com a ressalva dos destaques comuns) porque cada um desses pontos teria de obter 280 votos em votações isoladas. Estariam resbeltas todas as batalhas do primeiro turno.

O governo definiu sua estratégia para tentar derrubar, durante a votação do segundo turno, os dispositivos que não aceitam o projeto de Constituição: quer a ressurreição do DVS (destaque para votação em separado), utilizado no primeiro turno. Com o DVS, os parlamentares ligados ao Palácio do Planalto não precisariam nem mesmo reunir votos para aprovar emendas supressivas. Bastaria pedir um DVS para o artigo de interesse do governo, sair do plenário e deixar que os defensores do dispositivo se preocupem em reunir 280 votos necessários à manutenção do texto votado no primeiro turno. Caso contrário, o artigo estaria suprimido.

Mas a manobra foi repudiada, ontem mesmo, pelo presidente da Constituinte. Segundo Ulysses Guimarães, "não há como apresentar DVS agora". Ele explicou que "há 20 dias mandei as normas de votação aos constituintes, nesta nova fase, e não há o que modificar". Para ele, o projeto agora é da soberania da Constituinte, "antes não, era do Centrão, era da Sistematização", disse, explicando por que não cabe mais a utilização dos DVS no segundo turno.

Sem chamar de estratégia, negando a disposição de abandonar o plenário, o senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado, e o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, deixaram o Palácio da Alvorada, onde estiveram em longas audiências com o presidente Sarney, defendendo a medida. "O que nós queremos é que sejam mantidas as mesmas regras do primeiro turno", disse Sant'Anna, acrescentando que a emenda constitucional que convocou a Assembleia Nacional Constituinte estabeleceu que a futura Constituição seria aprovada em dois turnos iguais.

"O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, é quem solitária e soberanamente decidiu que no segundo turno de votação não seria permitido o uso do DVS", disse Carlos Sant'Anna. Entretanto, nem ele nem Gadelha quiseram confirmar que os defensores da medida usariam como elemento de persuasão a ameaça de não comparecerem ao plenário para evitar o quórum necessário à aprovação global do texto constitucional. Só concordaram que o assunto exige negociações com o

deputado Ulysses Guimarães, que esteve ontem com Sarney antes dos parlamentares.

Segundo Gadelha, Ulysses Guimarães poderia mostrar-se sensível à negociação, porque está empenhado em acelerar o processo de votação da Constituição. Já Carlos Sant'Anna não acredita que o presidente da Constituinte concorde em mudar as regras para o segundo turno. Daí, o que eles vão fazer? O deputado não disse, apenas declarou que o grupo favorável ao governo não iria "obstaculizar os trabalhos".

Os dois garantiram que a proposta do governo não representará uma mudança no Regimento da Constituinte: "Queremos que permaneçam as mesmas regras, para que o segundo turno não se torne apenas homólogo", disseram.

Mas, se nada der certo, os dois afirmaram que o presidente Sarney aceitará a decisão da Constituinte. E Marcondes Gadelha considerou absolutamente normal o fato de Sarney ter se reunido com os ministros militares no domingo, no Palácio da Alvorada. "Eles são ministros como outro qualquer", disse Gadelha.

## VOCABULÁRIO

O que significam estas expressões na Constituinte

**Segundo turno** — É a segunda votação de toda a matéria aprovada no primeiro turno. É da praxe legislativa submeter as propostas mais importantes, como é o caso das constitucionais, a uma dupla votação, para permitir aos parlamentares maior reflexão entre uma e outra decisão. O mecanismo do segundo turno será o seguinte: primeiro se vota o projeto de Constituição globalmente, com ressalva das emendas destacadas para exame em separado. Depois se votam as emendas destacadas, começando pelas supressivas (partindo das que sejam mais amplas). A seguir se votam as destinadas a sanar omissões, erros ou contradições. Essas últimas serão votadas simbolicamente. As que se destinam simplesmente a corrigir a linguagem irão diretamente para a Comissão de Redação.

**Plenário** — É o local onde se realizam as sessões e é também o conjunto dos constituintes.

**Quórum** — É o número mínimo regimentalmente exigido nas sessões. Há o quórum para a abertura e prosseguimento da sessão, que é de um décimo dos constituintes (56). Há o quórum para deliberações, que é a presença mínima em plenário de metade mais um dos constituintes (280). Há o quórum para a aprovação de matéria não constitucional, que é de metade mais um dos presentes (desde que haja um total

mínimo de 280). E há o quórum para a aprovação de matéria constitucional, que é de 280 votos favoráveis.

**Verificação** — É a chamada que se faz (por processo eletrônico, quando o equipamento está funcionando) para verificação de presença e, portanto, para se saber se há quórum.

**Emenda** — É a proposta do constituinte para alteração no projeto em votação. Para o segundo turno, cada constituinte só pode apresentar quatro emendas supressivas (para retirar qualquer expressão ou parte do projeto) ou destinadas a sanar omissões, erros, contradições ou ainda corrigir a linguagem.

**Destaque** — É o pedido que o constituinte faz para que alguma emenda, de sua própria autoria ou não, seja excluída do bloco das que receberem parecer favorável ou contrário do relator e seja votada separadamente.

**Parecer** — É a manifestação do relator da Constituinte sobre as emendas, em geral sob o ponto de vista técnico, jurídico.

**Votação simbólica** — É a votação pelo processo simplificado do sena-levanta dos constituintes. "Quem estiver de acordo permaneça como está" — diz o presidente da sessão e, em seguida, proclama o resultado. As emendas destinadas a sanar erros ou contradições serão votadas assim.

# Ulysses confia. E há negociações.

Depois de um dia tenso no Congresso Nacional, de muitas conversas ao telefone e de uma reunião com líderes partidários, o deputado Ulysses Guimarães encerrou a segunda-feira confiante na aprovação em bloco, hoje, do projeto de Constituição. Para ele, tanto o PFL quanto o PTB, que querem negociar antes da votação, estão completamente divididos e o PDS não apóia essa manobra. Apesar da confiança do presidente da Constituinte e do PMDB na fraqueza do adversário, o líder do PFL, deputado José Lourenço — porta-voz das ameaças do governo de "zerar" a Constituinte —, começou a negociar ontem mesmo com o líder do PMDB na Assembleia, Nelson Jobim, uma fórmula não-traumática para votar o projeto levando em conta os interesses do Palácio do Planalto.

"Despertamos de um pesadelo e agora o bom senso voltou a pairar sobre as nossas mentes", declarou Lourenço após seu encontro com Jobim, o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, e os líderes do PDS na Câmara e no Senado, Amaral Neto e Jarbas Passarinho. Abrindo mão de sua proposta de "zerar" a Constituinte — forçada pela bancada pefelista, que não apoiou a ideia de derrubar o projeto aprovado em primeiro turno pela Assembleia —, Lourenço garantiu que "o momento é de diálogo e entendimento".

Ao final da reunião, convenido, Jobim explicou ao presiden-

te do PSDB, senador Mário Covas, no salão de café da Câmara, que "o objetivo deles não é acabar com a Constituinte, mas só aprovar algumas coisas". E Covas respondeu: "Nem teriam forças para isso. Mas de qualquer maneira o governo está fazendo um jogo perigoso e irresponsável". As negociações em torno dos pontos que o governo deseja modificar terão sequência hoje pela manhã, através de uma comissão formada pelos deputados José Lins (PFL), Bonifácio Andrada (PDS) e Gasthane Righi (PTB).

Depois da reunião com Jobim, Lourenço conversou com os coordenadores das bancadas pefelistas para relacionar os pontos que serão negociados. E foi o deputado Geovani Borges, do Amapá, quem revelou as razões da desistência de Lourenço em sua ideia de "zerar" a Constituinte: "Essa conversa está fora de cogitação, a bancada não aceita". Conhecedor dessa divisão, o deputado Ulysses Guimarães garantiu, ontem, que "o PFL sozinho não faz verão". Segundo Ulysses, José Lourenço não conta com pelo menos 30 dos 120 votos de sua bancada.

Mas, para garantir a aprovação em bloco, hoje, do projeto de Constituição, Ulysses passou o dia conversando com os governadores peemedebistas, pedindo que tomassem as mobilizações suas bancadas para estarem hoje em Brasília, para reunir os 280 votos necessários para o segundo turno.

**A reunião de Ulysses**

Na reunião de lideranças que fez pouco depois das 10 horas da manhã, Ulysses comunicou que "ninguém, quem quer que seja, vai agredir a Constituinte sem que eu dê uma resposta à altura". A declaração animou a todos, preocupados com a ofensiva do governo e com a ausência dos líderes do PFL e do PTB ao encontro.

**Ontem, Ulysses acabou com a sessão. Bem rapidinho.**

Por falta de quórum a Constituinte deixou, ontem, de votar globalmente o projeto de Constituição em segundo turno. A verificação de presença, feita com evidente pressão por parte de Ulysses Guimarães, registrou apenas 230 parlamentares no plenário, quando seria necessário um mínimo de 280 para qualquer deliberação sobre matéria constitucional. A constituinte volta a se reunir hoje, devendo fazer nova tentativa de votação a partir das 14h30.

A sessão de ontem começou quando nove parlamentares ocuparam o microfone para criticar a anunciada disposição do governo de impedir a aprovação do novo texto constitucional em segundo turno. O deputado Ulysses Guimarães chegou às 15h20, dez minutos antes do que costumava fazer durante as votações do primeiro turno. Não perdeu tempo e iniciou imediatamente a verificação da presença, quando não havia número suficiente de constituintes no plenário. Mesmo assim, Ulysses mandou que registrassem seus códigos no painel instalado à frente de cada cadeira, numa manobra clara para evitar que o projeto fosse submetido à votação com quórum reduzido.

tro. "Por que o PFL não está aqui?", indagou Luís Inácio Lula da Silva, líder do PT. "Eu convidei a todos", respondeu Ulysses.

Incisivamente, falaram apenas Ulysses, Adolfo de Oliveira do PL, e Roberto Freire, do PCB, todos preocupados com as ameaças de adiamento dos trabalhos da Constituinte para depois das eleições municipais.

**Ontem, Ulysses acabou com a sessão. Bem rapidinho.**

Como não havia mais do que 150 parlamentares sentados, e os postos avulsos só aceitavam cem votos, no máximo, Ulysses realizou rapidamente a verificação da presença para evitar o prosseguimento da sessão. Com isso, votaram 133 parlamentares sentados, o que viabilizou a suspensão dos trabalhos, já que somente mais cem poderiam fazê-lo nos postos avulsos. Mas nem foi preciso esperar o voto de número 233 para interromper os trabalhos, porque depois do 230, do líder José Lourenço, nenhum outro parlamentar se aproximou dos painéis extras e Ulysses Guimarães suspendeu a sessão.

Durante o processo de votação, o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) quis saber de Ulysses por que a sessão havia começado apenas às 14h30, quando havia sido acordado com os líderes, na semana passada, iniciá-la às 13h30, para o pequeno expediente e a votação a partir das 14h30. Ulysses Guimarães explicou ter sido um caso excepcional, pois a sessão de ontem foi marcada antes da reunião com os líderes, informando, porém, que hoje os trabalhos já começariam no horário previsto.